

Para Ulysses, Constituinte pode gerar outra crise

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial do Brasília

Dialética maranhense

11 OUT 1987

GOUÇON/SPACCA

Desde a última quinta-feira, o presidente nacional do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, está chamando deputados e senadores para revelar-lhes a sua inquietação com os rumos que estão tomando os trabalhos da Constituinte.

As luzes de alarme se acenderam definitivamente quando a Comissão de Sistematização aprovou (e por dois dias consecutivos) a estabilidade no emprego, tal como constava do último substitutivo do relator Bernardo Cabral, contrariando, em bloco, o empresariado.

O raciocínio que Ulysses vem desenvolvendo para seus íntimos é muito claro: se o empresariado, descontente com algumas formulações do novo texto constitucional, resolver bater às portas dos quartéis, para desautorizar a Constituinte, pode se armar um cenário de crise institucional gravíssimo.

O empresariado é peça chave no raciocínio do presidente peemedebista porque, há tempos, ele vem suspeitando de que o Palácio do Planalto está buscando o confronto com a Constituinte, movido pelo receio de que o parlamentarismo acabe aprovado ainda para o mandato do presidente José Sarney, que insiste com o presidencialismo.

Se o empresariado e as Forças Armadas confluírem na mesma direção, arma-se o clima para o que o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, vem chamando, há tempos, de "bordaberryzação". Traduzindo: no Uruguai do



início dos anos 70, os militares não deram o golpe clássico, mas tomaram conta do poder mantendo um mero fantoche na Presidência, o civil Juan Maria Bordaberry (daí o termo "bordaberryzação"), até que, em 1973, depuseram-no de vez e entronizaram outro civil, igualmente sem poderes reais.

Essa preocupação de Ulysses e, principalmente, de Fernando Henrique é antiga, mas cresceu muito quando às dificuldades na Constituinte somou-se a crise política gerada pela renúncia da Aliança Democrática, feita pelo PFL, no final de setembro.

Por isso mesmo, o PMDB está cuidando, há algum tempo, de manter abertos os seus canais de comunicação com a cúpula militar. Fernando Henrique e o senador José Richa (PMDB-PR) são interlocutores frequentes do general Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, e há

outras lideranças peemedebistas que, até por laços de parentesco e/ou amizade, transitam facilmente junto a outras chefias militares.

Nos últimos trinta dias, o canal de comunicação mais frequente do PMDB com a área militar tem sido o general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações, que, ainda na última quinta-feira, convocou para uma conversa uma das principais figuras do partido. Conversaram sobre a crise, mas não foi possível apurar o teor exato da conversa.

O que se sabe é que o general Ivan defende duas posturas que são opostas ao jogo do Palácio do Planalto:

1 — Manifestou a pelo menos dois deputados do PMDB (o paulista Manoel Moreira e o pernambucano Fernando Bezerra Coelho) ser contrário ao esquema de apoio individual ao novo bloco de sustentação do

governo, ainda em penoso processo de gestação.

2 — Defende um governo peemedebista, até porque acha que o PMDB não representa uma esquerda perigosa para as instituições e/ou o país.

Pessoalmente, o general Ivan é também parlamentarista, outra contradição com o exacerbado presidencialismo de Sarney, mas evita manifestar-se nessa direção, por lealdade ao chefe.

A postura do general Ivan e mais garantias reiteradamente dadas pelo general Leonidas, no sentido de que as Forças Armadas não seriam obstáculo para o parlamentarismo, ainda que não apreciem esse modelo, deixam no PMDB a sensação de que os militares podem encaminhar-se na direção oposta à da "bordaberryzação". Ou seja, poderiam cruzar os braços, simplesmente, deixando que o governo Sarney resolva sozinho as suas dificuldades ou naufrague nelas.

Partidos preferem jogar com fator tempo

Na quarta-feira, o presidente Sarney deu o seu lance para tentar resolver suas dificuldades. O presidente tem pressa, como prova o fato de que um dos ministros que mais o apóia (Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações) reagiu violentamente à hesitação de seu partido (o PFL) em apoiar o presidente, começando ele próprio a coletar assinaturas individuais de apoio — e cruzando fronteiras partidárias. Mas a pressa do presidente não encontra eco nos partidos ou, ao menos, nas suas cúpulas. O jogo desenhado até agora, nos principais partidos, é este:

PMDB — A decisão da cúpula partidária é deixar o tempo passar. Com isso, fica mais fácil avaliar as reações iniciais ao lance de quarta-feira do presidente. A tática, em princípio, funcionou: até sexta-feira, eram magros os apoios coletados pelo Planalto nas fileiras peemedebistas, o que, obviamente, reforça a importância da cúpula partidária para o esquema de apoio ao governo. Sarney, decididamente, quer Ulysses nesse esquema. Ulysses também quer ir, mas negociando termos que lhe permitam manter o máximo possível de unidade no seu partido.

Os governadores, por sua vez, com a única exceção de Fernando Collor de Melo (AL), também querem participar e a maioria sequer exige negociações, mas apenas a manutenção da predominância peemedebista no esquema governamental.

O "Centro Democrático", a ala "conservadora", queria jogar-se cor-

rendo no colo do presidente, mas foi brecada pela reação de Ulysses, apoiado por Sarney, na medida em que este "não quer criar o menor constrangimento para o dr. Ulysses", informação obtida pela Folha junto a um dos operadores do presidente.

A esquerda peemedebista quer romper o quanto antes. Nesse contexto, a reunião da Executiva de quarta-feira pode, até, terminar como terminou a Convenção extraordinária do partido, realizada em julho passado: decidindo nada decidir. O Planalto, entretanto, joga com a hipótese de que, até lá, o número dos que assinarão, individualmente, telegramas de apoio ao governo será tão grande que a Executiva não terá remédio se não aderir a reboque, para não ser atropelada.

PFL — Guardadas as proporções, está na mesma situação do PMDB. Mas a cisão é mais nítida: cerca de um terço dos 133 pefelistas da Constituinte já assinaram ou estão para assinar os telegramas de apoio, o que coloca a cúpula partidária em posição delicada, na medida em que rejeitara, na quinta-feira, a hipótese da adesão individual. O racha atinge também a cúpula: Marco Maciel conduz o partido para o rompimento com o governo, mas o ministro Aureliano Chaves caminha na direção oposta. E o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, vai ainda mais longe: está chefiando declaradamente o bloco dos que dão apoio ao presidente sem esperar pela decisão partidária.

PDS e PTB também aguardam definições

Se esse é o cenário nas duas principais agrupações políticas do país, ele se repete em relação a PDS e PTB, partidos que têm, depois de PMDB e PFL, as maiores bancadas no Congresso constituinte e, portanto, seriam vitais para qualquer esquema novo de apoio ao governo.

O PDS marcou apenas para quinta-feira a reunião de sua bancada de 39 constituintes, para decidir se aceita ou não o convite que Sarney fez quinta-feira ao seu presidente nacional, senador Jarbas Passarinho. Passarinho antecipa: "A adesão é difícil." E explica que, no PDS, subsistem mágoas decorrentes do rompimento dos que hoje formam o PFL, quase todos egressos do PDS, inclusive José Sarney. Além disso, o PDS espera para ver o comportamento do PMDB e do PFL, afinal, seus inimigos políticos. Se o PMDB aderir maciçamente ao novo esquema de apoio e um pedaço importante do PFL também, o espaço do PDS fica, na melhor das hipóteses, restrito.

O PTB tomou posição idêntica à do PDS: seu líder, Gastone Righi, também convidado na quinta-feira por Sarney, comprometeu-se a reunir "a bancada federal e os órgãos do partido" antes de uma decisão. Eufemisticamente, Gastone diz que "aguardará as definições estruturais do governo" para definir sua postura — o que, traduzindo, significa que o PTB quer saber que espaço terá na administração pública federal, antes de apoiar ou não o presidente.

Esse cenário de indefinição política estende-se ao Congresso constituinte. Ou, pelo menos, estendeu-se durante a votação sobre a estabilidade no emprego, quarta e quinta-feira. Chegou um momento, na quinta, em que o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, figura odiada pela esquerda, que o considera conservador e até reacionário, subiu à tribuna e, no plenário, o deputado pefelista José Jorge (PE) cochichou ao ouvido do repórter da Folha: "Quer ver como ele vai ser aplaudido pelo PC do B?" José Jorge tinha razão: Chiarelli defendeu a proposta que, àquela altura, era a preferida da esquerda.

Essa confusão no detalhe era ainda mais ampla no conjunto: nenhum dos três grandes blocos político-ideológicos (direita, centro e esquerda) gostava do substitutivo Cabral, no item relativo à estabilidade, tanto que cada um deles apresentou emendas para modificá-lo. Pela esquerda, falou Luis Inácio Lula da Silva (PT) — e perdeu. Pelo centro, Antônio Mariz (PMDB-PB) — que também perdeu. E, pela direita, Darcy Pozza, defendendo emenda dos industriais gaúchos — igualmente derrotada. Resumo da ópera: o texto que todo mundo queria mudar ficou como estava. É verdade que a esquerda comemorou. "Era o menos ruim", justificou Lula. No fundo, essa frase serve para todo o cenário político: é tamanha a confusão e tão complicadas as saídas, que poucos buscam o melhor e a grande maioria contenta-se com o "menos ruim".